

1. Informações do Instituto

1.1. Contexto operacional

O Instituto Metodista Izabela Hendrix - IMIH, fundado em 05 de outubro de 1904 é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
- II) Ministras o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
- III) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o aperfeiçoamento do ser humano e para o desenvolvimento do Brasil;
- IV) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
- V) Ministras programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
- VI) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- VII) Promover ações, como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo a responder às necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas do Brasil;
- VIII) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
- IX) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IMIH, de conformidade com a legislação vigente;
- X) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XI) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XII) Difundir a cultura física e desportiva.

1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal.

(ii) Programa de Integração Social - PIS

O Instituto, por ser instituição sem fins lucrativos e filantrópica, por meio de Ação Judicial busca o reconhecimento da imunidade garantida pela Constituição Federal. Tal pedido, inclusive, é respaldado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário RE 636.941 Rio Grande do Sul, que transitou em julgado perante o STF na data de 22/04/2014. Assim, até mesmo o prazo da União Federal tentar reabrir a questão via ação rescisória, está superado e precluso.

(iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do instituto, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

(iv) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

O Instituto possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, deferido sob concessão por três anos através da Portaria nº 120 de 12/03/2019. Devido ao Instituto possuir o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS vigente e ter reconhecido sua filantropia é isento de recolhimento da cota patronal do INSS.

(v) Imposto sobre Serviço de qualquer natureza - ISSQN

O instituto goza de Imunidade Tributária, conforme o disposto na letra "c", do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal;

(vi) Benefícios do Programa Universidade para Todos - PROUNI

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/04, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/05, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/05, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao MEC, com o qual o Instituto firmou termo de adesão desde 2005. O instituto utiliza o PROUNI na composição de suas gratuidades para o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos em bolsas de estudos;

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2019, o instituto apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 22.928.518 (R\$ 17.790.420 em 31 de dezembro de 2018) e patrimônio social de R\$ 81.067.489 (R\$ 89.297.502 em 31 de dezembro de 2018).

A Administração entende que as medidas de gestão implementadas começam a apresentar resultados, dentre os quais destaca:

- Implementação de planejamento estratégico, cujos pilares são o fortalecimento da confessionalidade e garantia da sustentabilidade;
- Reversão da tendência de queda de matrículas pela captação e retenção de alunos, por meio de ações preventivas de identificação dos principais riscos e pela melhoria dos indicadores de qualidade, alinhados a recursos tecnológicos;
- Ajuste sistemático das despesas e custos adequados à margem de contribuição, como fator preponderante para oferta e manutenção de cada curso;
- Evolução contínua dos processos administrativos financeiros, buscando agilizar as rotinas internas e melhorar o nível de controle do Instituto.

Atingidos os resultados das ações de controle de gestão, se faz necessário reverter o desempenho dos índices de liquidez pela eliminação dos passivos, principalmente, concentrados em dívidas trabalhistas e tributárias. Para esta frente a Administração busca alienar bens imóveis para injetar os recursos na operação.

As ações de controle de gestão acima, possibilitaram a reversão da tendência de resultados negativos, conforme Demonstrações de Resultados de 2019, em comparação com 2018, houve melhora do desempenho operacional, de 38% sobre a receita líquida em 2018, para 39% em 2019. Houve estabilização do desempenho operacional, que foram oriundas da redução de custos em 25% conforme nota explicativa¹⁹, e que dirimiram o impacto da redução da receita conforme nota explicativa 18.

Para os índices de liquidez a administração tem ações para eliminação de passivos, principalmente, concentrados em operações com partes relacionadas, dívidas trabalhistas e tributárias, através da alienação de bens imóveis, que melhorarão significativamente a liquidez da instituição. Também foram iniciados estudos para parcelamento de débitos tributários e negociação coletiva no âmbito judicial para os processos em andamento.

Eventuais resultados de tais ações, tendo em vista que impactarão exercícios seguintes, são demonstrados como eventos subsequentes conforme Nota Explicativa nº 28.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 R1 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 - Entidades sem fins lucrativos.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Instituto.

2.2.2. Apresentação dos Resultados Abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Reconhecimento de receitas e bolsa de estudo concedidas

A receita é apresentada líquida das devoluções, das bolsas de estudo e dos descontos concedidos (Nota Explicativa nº 18).

(i) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para o instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), educação básica, mensalidades dos cursos de extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares;

(ii) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101;

(iii) Receitas antecipadas (matrículas)

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência dessa prática peculiar ao mercado de ensino, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.2.5. Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

As mensalidades a receber - Bolsa FIES estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários), Imposto de Renda retido dos funcionários do Instituto e retenções de terceiros sobre serviços.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidade, cheques a receber e renegociação, considerados de difícil realização.

2.2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações de outros ativos são calculadas com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 8.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e de perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.8. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.2.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável, reavaliadas ao longo de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, bem como os valores considerados como de perda possível são divulgados pelo Instituto, na forma do CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.10. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.11. Redução ao valor recuperável dos ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2019	2018
Banco	80.465	37.996
Caixa	7.425	4.953
Total	87.890	42.949

4. Mensalidades a receber

Descrição	2019	2018
Bolsa FIES	6.542.395	6.490.906
Mensalidades a Receber	5.308.688	6.270.054
Confissão de dívida em faturas	668.312	569.380
Cheques em cobrança	608.758	613.239
Bolsa Restituível	294.638	294.638
Cheques devolvidos a tesouraria	289.271	284.692
Confissão de dívida de cheques	11.543	14.951
Créditos a receber - Cartão de crédito	9.688	7.708
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa	(5.151.794)	(5.293.499)
Total	8.581.499	9.252.069

O Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos quatro anos, deduzindo de estimativa para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Descrição	2019	2018
Confissão de Dívidas	(233.909)	(199.283)
Cheques e cobrança judicial	(898.029)	(897.931)
Mensalidades a receber	(4.019.856)	(4.196.285)
Total	(5.151.794)	(5.293.499)

A estimativa de perda foi constituída a partir da incerteza da realização desse ativo, para a qual foi adotado o seguinte critério de atraso:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 271 a 360 dias, estimativa de 75%;
- De 181 a 270 dias, estimativa de 50%;
- De 90 a 180 dias, estimativa de 25%;
- Abaixo de 89 dias não constitui perda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Já para os cheques em cobrança judicial a estimativa de perda é de 100% sobre o montante dos cheques devolvidos e 35% sobre negociação de dívidas.

5. Contas a receber

Descrição	2019	2018
Adiantamento a fornecedor	483.381	163.671
Pólos EAD	42.808	76.040
Adiantamento para viagem	8.398	1.239
Total	534.587	240.950

A variação no volume de adiantamentos a fornecedores em 2019, decorre de eventuais alterações no perfil de crédito e das condições de negociação com fornecedores prioritários.

6. Depósitos judiciais

Descrição	2019	2018
INSS - 2001.38.00.042370-5 (a)	3.440.204	3.440.204
Outros Depósitos Recursais e Bloqueios Judiciais (b)	3.239.723	2.093.212
Total	6.679.926	5.533.416

- (a) Referem-se aos depósitos efetuados junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em garantia do processo em andamento de nº 2001.38.00.042370-5, em que se discute débito fiscal previdenciário apurado pelas autoridades previdenciárias e outros depósitos e bloqueios judiciais;
- (b) A instituição teve aumento de depósitos judiciais e bloqueios no ano de 2019, relacionados aos processos trabalhistas, conforme nota explicativa nº 13, requerendo os pagamentos das verbas trabalhistas que já estão contabilizadas pela folha de pagamento, não aumentando assim, as despesas de contingências.

7. Compromissos a receber

Descrição	2019	2018
Compromissos a Receber	2.225.580	1.834.901

2018	Concessões	Amortizações	Juros	2019
1.834.901	215.660	(74.295)	249.315	2.225.580

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é relativo às operações de mútuo realizadas com instituições metodistas de ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de recebimentos.

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

8. Imobilizado

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de Depreciação	2019			2018
		Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	0%	143.066.891	-	143.066.891	143.066.891
Edifícios e construções	4%	32.503.409	(5.640.482)	26.862.928	27.672.859
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	1.510.852	(1.510.852)	-	-
Móveis e utensílios	10%	2.393.765	(2.152.547)	241.218	50.687
Equipamentos de comunicação	10%	19.628	(10.931)	8.697	10.660
Equipamentos de ensino	10%	1.676.517	(1.667.406)	9.111	11.467
Equipamentos de informática	20%	2.328.413	(2.075.910)	252.502	124.878
Bibliotecas	10%	2.581.623	(2.021.309)	560.314	573.022
Laboratórios	10%	472.401	(451.114)	21.287	31.928
Máquinas e equipamentos	10%	1.240.431	(1.179.777)	60.655	76.100
Veículos	20%	108.371	(108.371)	-	-
Instrumentos musicais	10%	10.638	(10.094)	543	1.606
Total		187.912.939	(16.828.793)	171.084.146	171.620.098

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

b. Movimentação do custo

Descrição	2018	2019			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Terrenos	143.066.891	-	-	-	143.066.891
Edifícios e construções	32.503.409	-	-	-	32.503.409
Benfeitorias em bens de terceiros	1.510.852	-	-	-	1.510.852
Móveis e utensílios	2.175.765	218.000	-	-	2.393.765
Equipamentos de comunicação	19.628	-	-	-	19.628
Equipamentos de ensino	1.676.517	-	-	-	1.676.517
Equipamentos de informática	2.082.326	246.086	-	-	2.328.413
Bibliotecas	2.461.829	119.794	-	-	2.581.623
Laboratórios	466.441	5.961	-	-	472.401
Máquinas e equipamentos	1.234.511	5.920	-	-	1.240.431
Veículos	108.371	-	-	-	108.371
Instrumentos musicais	10.638	-	-	-	10.638
Total	187.317.178	595.761	-	-	187.912.939

9. Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	2019			2018
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	20%	1.285.351	(1.138.165)	147.186	167.181
		1.285.351	(1.138.165)	147.186	167.181

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Descrição	2018	2019			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Softwares	1.285.351	-	-	-	1.285.351
	1.285.351	-	-	-	1.285.351

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

10. Fornecedores

Descrição	2019	2018
Fornecedores	7.826.489	8.332.346
Total	7.826.489	8.332.346

Em 2019 o montante de R\$ 7.826.489, e 2018 R\$ R\$ 8.332.346 referem-se às obrigações com diversos fornecedores que auxiliam o instituto no desenvolvimento de suas atividades operacionais.

11. Obrigações Trabalhistas

Descrição	2019	2018
FGTS a recolher	5.298.322	3.202.754
Acordo trabalhista	2.051.422	2.609.855
Salários e Ordenados	1.645.235	921.445
Rescisões e homologações	1.285.828	1.735.444
Provisão de férias	1.218.033	1.494.340
13º Salário	901.292	1.013.113
Mensalidades sindical a recolher	457.240	309.213
Contribuição Assistencial	252.648	213.044
INSS a recolher	234.194	93.405
Provisão de FGTS s/ férias	109.057	106.820
Consignações Financeiras de empregados	73.987	37.717
Férias	42.489	-
Pensão alimentícia	21.554	17.625
Contribuição sindical a recolher	13.036	12.791
Serviços Avulsos s/ vínculo	10.825	6.911
Estagiários	3.389	4.019
Mensalidade Associativa	345	350
Total	13.618.896	11.778.847

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar a totalidade das obrigações trabalhistas nos devidos prazos, resultando em aumento dos saldos das respectivas contas a pagar. A administração prevê negociações para parcelamentos e/ou reparcimentos dos valores, em moldes adequados à nova realidade de caixa da instituição, com o objetivo de regularizar os saldos em aberto. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme nota explicativa nº28.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

12. Obrigações tributárias

Descrição	2019	2018
IRRF a recolher s/ salários	2.949.029	1.714.524
INSS a recolher s/ serviços	26.683	18.394
ISS s/ serviços	25.427	14.460
PIS / COFINS / CSs / Serviços - Lei nº 10.833	15.138	13.489
IRRF a recolher s/ serviços	2.955	2.966
Total	3.019.232	1.763.834

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar o recolhimento de parte das retenções de tributos federais. Para sanar as referidas obrigações a administração pleiteia parcelamentos e/ou reparcelamentos junto aos órgãos fiscais, em moldes adequados à nova realidade de caixa da instituição. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme nota explicativa nº 28.

13. Provisões para demandas judiciais

O Instituto figura como réu em diversos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, civil e tributária decorrentes do curso normal de suas operações, bem como em função do processo de reestruturação ocorrido entre 2016 e 2019.

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

As provisões trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas contabilmente apenas as causas que se classificam como risco de perda provável e calculadas com base na melhor estimativa de desembolso futuro, como segue:

Descrição	2019			2018		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Trabalhistas CP	3.609.807	-	3.609.807	1.570.214	-	1.570.214
Cíveis CP	723.350	-	723.350	723.350	-	723.350
Tributárias CP	-	-	-	-	-	-
Total CP	4.333.157	-	4.333.157	2.293.564	-	2.293.564
Trabalhistas LP	11.228.416	(2.904.575)	8.323.841	16.691.364	(1.761.284)	14.930.080
Cíveis LP	283.542	(56.387)	227.155	544.168	(53.167)	491.001
Tributárias LP	1.000	(3.718.964)	(3.717.964)	1.000	(3.718.964)	(3.717.964)
Total LP	11.512.959	(6.679.926)	4.833.032	17.236.532	(5.533.416)	11.703.117
Total	15.846.116	(6.679.926)	9.166.189	19.530.096	(5.533.416)	13.996.680

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Ao longo do exercício houve movimentação de adições e baixas sobretudo de processos trabalhistas e cíveis. Para a elaboração das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019, foi realizada uma análise criteriosa dos processos administrativos e judiciais, de forma que a Administração, consubstanciada na posição de seus assessores legais, reavaliou a perspectiva de perda de tais processos classificando entre provável, possível e remota.

A movimentação da provisão no exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

	Valor (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	19.530.096
Movimentação líquida	(3.683.980)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.846.116

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A nova política de avaliação de risco prevê que ações em fase inicial, ou seja, aquelas em que não se discutiu mérito, a perda provável se refere somente a verbas incontroversas cujos valores estão devidamente contabilizados, já para valores em que se admite discussão a avaliação de risco seguirá as perspectivas de resultado, segundo as fases processuais e os encaminhamentos adequados a cada processo bem como paradigmas e precedentes legais por similaridade.

Com base nessa análise, foi revista a estimativa de perda nesses processos o que resultou na mudança de classificação de parte dos valores, de perda provável para possível. As alterações decorreram do melhor entendimento sobre os processos e maior experiência adquirida ao longo do período na sua condução, bem como da expectativa de conciliação em parte das demandas. A evolução do montante classificado como de perda possível, para o qual não há provisão constituída é demonstrado como segue:

Descrição	2019	2018
Perdas possíveis	25.387.542	9.302.377

14. Parcelamentos

Descrição	Circulante		Não Circulante	
	2019	2018	2019	2018
FGTS (a)	1.670.693	1.638.726	7.350.290	7.591.732
Pert da Lei 13.496/2017 (b)	1.098.993	971.505	8.310.319	8.772.360
Outros Parcelamentos (c)	158.975	164.470	359.212	455.454
	2.928.661	2.774.700	16.019.821	16.819.546

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

- (a) O parcelamento de FGTS refere-se a débitos parcelados até dezembro de 2011 em 178 prestações, que são atualizadas mensalmente, sendo que este parcelamento foi consolidado em dezembro de 2011;
- (b) Em novembro de 2017, a Instituição aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/2017, de 24 de outubro de 2017, abrangendo débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aquele objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial. A referida Lei foi regulamentada perante à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) através da Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017, publicada no DOU de 21/06/2017, seção 1, pág. 20 e junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a regulamentação se deu através da Portaria nº 690/2017 de 29 de junho de 2017, publicada no DOU de 30/06/2017, seção 1, pág. 43 a Instituição optou pela modalidade prevista no inciso II do artigo 2º da referida Lei;
- (c) Outros parcelamentos referem-se ao parcelamento do IRRF s/ salários das competências 07/2016, 09/2016 e 10/2016, realizado em 01/2018, que será pago em 60 prestações atualizadas mensalmente.

15. Compromissos a pagar

Descrição			2019	2018
Compromissos a pagar			47.933.053	38.011.594
2018	Captações	Amortizações	Juros	2019
38.011.594	14.176.317	(9.471.570)	5.216.712	47.933.053

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é relativo às operações de mútuo realizadas com Instituições Metodista de Ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

No ano de 2019 houve um maior volume de operações de mútuo, decorrentes da necessidade de caixa. As operações foram efetivadas por instituições congêneres, observando-se as exigências legais aplicáveis.

16. Patrimônio líquido

O patrimônio social do Instituto é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza, realização da reavaliação patrimonial dos bens do Instituto, assim como por resultados acumulados desde a data de sua constituição os quais são mensurados e registrados com obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

17. Gratuidades através de bolsas de estudo

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes para a Educação Básica e 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 4 (quatro) alunos pagantes para a Educação Superior, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei nº 12.101:

	2019		2018	
	Educação Superior	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica
Quantidade de alunos				
Número de alunos matriculados	1741	186	1924	229
Número de alunos pagantes	1371	143	1045	135
Quantidade de bolsistas gratuidade				
Bolsistas Integrais (100%)	271	39	410	52
Bolsistas Parciais (50%)	268	11	166	8
Total bolsistas	539	50	576	60

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	2019			2018		
	Educação Superior	Educação Básica	Total	Educação Superior	Educação Básica	Total
Bolsas Gratuidade						
Bolsas Integrais (100%)	3.752.234	602.444	4.354.678	5.752.002	741.252	6.493.253
Bolsas Parciais (50%)	1.424.328	95.519	1.519.847	1.037.302	51.894	1.089.196
Valor total de Gratuidades	5.176.562	697.963	5.874.525	6.789.303	793.146	7.582.449
Outras Bolsas (não atendem o perfil da filantropia)						
Educação Básica e Superior						
Outras Bolsas Integrais (100%)	301.877	66.274	368.151	569.273	37.244	606.517
Outras Bolsas Parciais (50%)	2.402.505	376.864	2.779.369	3.588.766	458.894	4.047.660
Valor total de Outras Bolsas	2.704.382	443.138	3.147.520	4.158.040	496.137	4.654.177

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

18. Receita operacional líquida

	2019	2018
Receita bruta de vendas	33.164.548	43.980.260
Receita de ensino	32.289.985	42.891.212
Receita administrativa e outras	874.562	1.089.047
Deduções da receita	(10.949.835)	(14.693.175)
Bolsas gratuidade	(5.874.525)	(7.582.449)
Outras Bolsas	(3.147.520)	(4.654.177)
Descontos concedidos	(1.927.790)	(2.456.548)
Receita líquida	22.214.713	29.287.085

No ano de 2019 houve redução da receita, devido ao menor número de alunos matriculados, conforme informado na nota explicativa nº 17, no entanto, a instituição fez reduções nos custos e despesas para ter menos impacto no resultado. A administração vem implantando medidas para maior captação de alunos, conforme nota explicativa nº 1.3 Situação Financeira e Patrimonial e nº 28 Eventos Subsequentes.

19. Custos dos serviços prestados

Descrição	2019	2018
Salários	(12.340.565)	(14.267.496)
Encargos e Benefícios	(748.068)	(3.313.726)
Despesas gerais e administrativas	(262.861)	(290.141)
Outras despesas operacionais	(101.779)	(151.737)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(25.593)	(28.487)
Total	(13.478.866)	(18.051.586)

Em 2019 houve redução dos custos, para adequação à redução da receita, conforme nota explicativa nº 18.

20. Despesas com pessoal

Descrição	2019	2018
Salários	(5.369.135)	(5.276.650)
Encargos e benefícios	(1.215.363)	(2.607.487)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(92.135)	(143.907)
Total	(6.676.632)	(8.028.045)

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

Em 2019 houve redução de despesas com pessoal, para adequação à redução da receita, conforme nota explicativa nº 18.

21. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2019	2018
Energia Elétrica	(455.379)	(482.784)
Água	(258.734)	(281.912)
Manutenção e Conservação	(141.048)	(178.242)
Material de Uso e Consumo	(129.359)	(162.640)
Serviços de Terceiros	(104.980)	(83.248)
Propaganda e Publicidade	(85.343)	(574.424)
Telecomunicações	(54.455)	(61.388)
Outras despesas	(34.897)	(37.190)
Impostos e Taxas	(32.177)	(125.768)
Transporte em geral	(25.347)	(43.165)
Material Clínico Hospitalar	(141)	(15)
Material Didático	(19)	(4.439)
Total	(1.321.879)	(2.035.215)

Em 2019 houve redução das despesas gerais e administrativas, para adequação à redução da receita, conforme nota explicativa nº 18.

22. Outras despesas

Descrição	2019	2018
Licença e manutenção do uso de softwares	(334.834)	(275.280)
Outras despesas operacionais	(122.661)	(100.307)
Lanches e Refeições	(106.667)	(134.431)
Aluguéis	(88.955)	(204.444)
Consultorias	(78.718)	(20.442)
Contribuições a Associações	(61.290)	(52.730)
Serviços gráficos	(30.509)	(37.461)
Viagens e Estádias	(2.113)	(9.270)
Total	(825.748)	(834.365)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

23. Despesas financeiras

Descrição	2019	2018
Juros e Multa passivos (a)	5.216.712	4.112.358
Juros e Multa Passivos	1.132.302	1.746.785
Juros e Multas Passivas - Parcelamentos	736.435	222.840
Despesas Bancárias	629.564	594.778
Descontos Concedidos	845	3.645
Variações Monetárias	484	39
IOF/IOC	-	16
IRRF s/ Operações Financeiras	-	727
Total	7.716.343	6.680.460

(a) Referem-se à atualização das operações de mútuos realizadas com Instituições Metodista de Ensino, conforme nota explicativa nº 15.

24. Receitas financeiras

Descrição	2019	2018
Juros e Multa Ativos (a)	249.315	213.752
Juros Ativos e Multa	121.340	135.854
Descontos Obtidos	24.028	40.931
Juros Futuro-Presencial	3	-
Variação Monetária Ativa	(796)	(4.413)
Total	394.686	390.536

(a) Referem-se à atualização das operações de mútuos realizadas com Instituições Metodista de Ensino, conforme nota explicativa nº 7.

25. Instrumentos financeiros derivativos

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

26. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

27. Declarações de impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, assim como outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários.

28. Eventos subsequentes

Diante da decretação de estado de pandemia, pela Organização Mundial da Saúde, em 11/03/2020, e notícias da identificação do coronavírus (COVID19) amplamente veiculadas desde dez/2019, tem sido vivenciado um aumento significativo nas restrições globais com paralisação de diversos negócios e serviços em quase todos os países, além de ordens governamentais que envolvem o isolamento social, incluindo restrição de circulação (“lockdown”), como forma de conter a disseminação do vírus, gerando instabilidade e incertezas sociais, econômicas e relacionadas ao trabalho, além da volatilidade no mercado financeiro.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

Visando a reduzir e mitigar os impactos econômicos dessa crise, as autoridades do mundo inteiro promoveram intervenções nas economias de seus países.

No Brasil, através do decreto legislativo nº 6 de 20/03/2020, foi estabelecido estado de calamidade pública e combinado com medidas provisórias de minimização de impactos, na área trabalhista relacionadas à possibilidade de redução de carga horária e suspensão de contrato de trabalho por parte das empresas, com benefício emergencial desemprego pago pelo governo, na área tributária, com prorrogação de prazos de recolhimentos e obrigações acessórias, e na área econômica, para prover liquidez e crédito para pessoas físicas e jurídicas.

Especificamente no segmento onde atuamos, o Ministério da Educação, autoridades estaduais e municipais, determinaram medidas para mitigar a propagação do COVID-19, inicialmente com suspensão de aulas em escolas, faculdades e universidades públicas e particulares e posteriormente regulamentando o formato a distância até que se possa retomar o formato presencial.

Diante deste contexto, a Educação Metodista, em 12/03/2020 criou um comitê de crise para levantar e discutir os principais riscos e ações a serem adotadas, que dentre as principais ações, modificou e implementou para todas as unidades e segmentos, com êxito pleno, o regime letivo remoto, em ambiente virtual e colaborativo, com treinamento dos docentes, reforçado por campanhas de esclarecimento e manutenção da comunicação com a comunidade discente, docente e colaboradores. Para as atividades de BackOffice, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde - OMS e do Ministério da Saúde do Brasil, quanto à higienização do ambiente físico, cancelamento de viagens e isolamento social, maximizamos as equipes para o trabalho e atendimento ao aluno de forma remota, contando com infraestrutura tecnológica segura para garantir que não houvesse descontinuidade de suas operações e processamento das informações necessárias para o controle de seus processos internos, bem como a manutenção das reuniões prioritárias entre as áreas.

Dessa forma, a partir do dia 23 de março, todas as atividades acadêmicas e administrativas das unidades foram realizadas de maneira remota, no regime de home office pela imensa maioria dos colaboradores

Concluímos que em tempo hábil, nossas ações resultaram na não incidência de contaminação entre nossos colaboradores.

A redução do ritmo nas cidades em que a instituição opera, geraram aumento dos níveis de desemprego e redução da renda da população em geral e poderão prejudicar dessa forma o processo de captação e rematrícula de alunos do segundo semestre de 2020 e posteriores, a depender da efetividade das iniciativas para minimização e contenção do COVID-19 na economia brasileira e nos mercados em que atuamos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

Sob a ótica financeira, a instituição ofereceu aos alunos, cuja renda própria ou familiar foi mais afetada pela crise, opções de parcelamentos de suas mensalidades e o uso de financiamento estudantil com condições diferenciadas em relação ao andamento normal das operações.

Mesmo com o monitoramento intensivo dos impactos do COVID-19, pelo comitê de crise, ainda é prematuro estimar eventuais perdas e possíveis efeitos em suas demonstrações financeiras devido às incertezas ainda existentes sobre o funcionamento da economia e impactos sociais no país no período durante e após a crise, porém, apresentamos abaixo alguns potenciais desdobramentos decorrentes da crise atual em nossas operações e os possíveis reflexos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (“PCLD”) - Dificuldade de pagamento das mensalidades por perda de renda dos alunos ou de familiares responsáveis financeiros, havendo possibilidade de aumento da PCLD para os casos de alunos inadimplentes e evadidos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram identificados impactos significativos no volume de recebíveis que justifiquem remensuração da provisão com base na perda esperada.

Riscos financeiros

Aumento das taxas de juros (“spreads”) de mercado em função das incertezas futuras no mercado nacional e internacional e indisponibilidade de capital para prover liquidez às empresas, além da dificuldade de renovação de linhas de crédito e impactos em fornecedores críticos. Adicionalmente, redução da base de alunos ou migração de alunos entre os produtos oferecidos em função do aumento do desemprego e queda na renda das famílias, associadas ao maior volume de crédito ofertado para pagamento de mensalidades e alongamento do prazo de recebimento, com impacto na inadimplência.

A Educação Metodista projeta uma desaceleração da captação e rematrícula de alunos em decorrência da pandemia, porém a estimativa de impacto para 2020, até o presente momento, gira em torno de apenas 3% da receita líquida.

Para minimizar maiores riscos, monitora atentamente o impacto de aumento da inadimplência, de isenções decorrentes de serviços não prestados, e as oscilações de mercado ocorridas em função dessas incertezas vis-à-vis a expectativa de geração de caixa para mitigar os riscos financeiros envolvidos. Adicionalmente a instituição está prospectando novos recursos para capital de giro, renegociando as dívidas com bancos e com fornecedores, implementando campanhas mais agressivas para captação de alunos no 2º semestre e recuperação da inadimplência de anos anteriores, e aplicando no que é possível, as Medidas Provisórias editadas neste período de crise, para redução de custos de folha, postergação de prazos, alongamento de parcelamentos tributários e de FGTS na modalidade transação, entre outras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Na esfera judicial, em suas diversas instâncias, onde concentram-se riscos significativos, peticionou em 100% dos processos em andamento, pedido para suspensão de eventuais ordens de bloqueios e posteriormente, pedidos de negociação coletiva, garantindo desta forma, a melhoria dos seus índices de liquidez e a continuidade normal das operações.

29. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e diretoria geral em reunião realizada em 27 de junho de 2020.

Robson Ramos de Aguiar
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora
CRC: 1SP198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independes
SS - CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 29/05/2020.